

INTRODUÇÃO

Sempre que folheava livros de estética, tinha a desconfortável sensação de estar lendo as obras de astrônomos que nunca contemplavam as estrelas.

JORGE LUIS BORGES, *Esse ofício do verso*

À ÉPOCA DE SHAKESPEARE, a apresentação teatral era precedida de um breve introito ao tema da peça chamado *captatio benevolentia*.^{*} Esse expediente tinha por objetivo promover no espírito de cada espectador uma disposição favorável para com a tragédia (ou a comédia) que se desenrolaria diante de seus olhos e ouvidos, angariando, assim, a atenção da plateia na era elisabetana. Em uma de suas palestras proferidas na Universidade de Harvard nos anos 1967-68, o escritor argentino Jorge Luis Borges aludiu à “fé poética” – segundo ele, um elemento essencial à leitura. Sua proposição se fundamentava em uma célebre formulação de S.T. Coleridge a propósito da poesia na qual o poeta britânico pregava uma “voluntária suspensão da incredulidade”¹ por parte do leitor. Encontramos formulação análoga na letra de Freud em um dos textos que compõem o conjunto conhecido como “artigos sobre técnica” (1912-14). Freud assinala que a atitude a ser esperada por parte do paciente no trabalho analítico não deveria implicar uma confiança irrestrita em seus resultados; tampouco seria a de reserva em relação a eles, mas uma espécie de ceticismo benevolente.²

Assim, convido o leitor a uma disposição semelhante ao acompanhar, ao longo destas páginas, o encaminhamento aqui proposto: investigar em que a tragédia antiga poderia iluminar a ética intrínseca à psicanálise. Procurei abordar o campo da tragédia de modo a destacar a dimensão real por ela articulada, na qual a problemática ética tem lugar no coração da *polis*, no real

^{*} *Captatio benevolentia* (“conquistar a simpatia”): recurso utilizado na retórica com a finalidade de dispor favoravelmente a atenção de quem escuta ou lê.

da cena trágica – e não por meio de uma formulação abstrata no domínio do pensamento, como ocorreria um século depois com o advento da filosofia.

A tragédia grega revela um modo de presença do sujeito no mundo que teria sido calado com e pelo advento da filosofia e seu corolário, a ciência moderna, ainda que essa formulação soe paradoxal. A rigor, não é possível supor o sujeito no cosmos antigo, uma vez que seu estatuto é moderno: o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência, mais precisamente, o seu correlato antinômico,³ conforme assinalou Lacan – isto é, aquele que advém da *démarche* cartesiana conhecida como *cogito*.

A partir do comentário de Lacan a propósito de *Antígona*, de Sófocles, no seminário sobre a ética da psicanálise, procurei isolar na relação da heroína trágica com o campo dos deuses e suas leis não escritas – logo, irrevogáveis – o cerne da problemática determinação *versus* responsabilidade constitutiva do campo do desejo inconsciente. Essa é a dimensão de alteridade à qual o sujeito, desde Freud e com Lacan, encontra-se apenso. A rigor, a problemática concerne ao sujeito da psicanálise – vale dizer, moderno – mas, surpreendentemente, pode ser reencontrada no século trágico, articulada em termos próprios.

Proponho estabelecer uma aproximação com o universo trágico naquilo que este articula uma relação do homem com o *logos*, todavia não submetida às exigências lógico-formais do pensamento hipotético-dedutivo. Ou seja, à formalização conceitual que viria caracterizar o dito pensamento ocidental, ocorrido no século seguinte com o estabelecimento da filosofia enquanto modo de apreensão do real por intermédio da constituição de um saber. Desde então, o saber se caracteriza por uma tentativa de domesticação do real – que, não obstante, escorre por entre os dedos.

Optei por abordar a tragédia antiga privilegiando o enfoque dado ao tema pelos helenistas e demais estudiosos desse campo em detrimento da apreciação filosófica, iniciada com Aristóteles, sobre a tragédia ática. Tal escolha metodológica não partiu de nenhum *parti pris*, nem se deveu a qualquer espécie de juízo apriorístico. Primeiramente, meu interesse voltou-se para o campo da tragédia ática a fim de nele investigar o que poderia ter interessado a Lacan a ponto de fazê-lo evocar a tragédia – e não a filosofia, berço e campo próprio da problemática ética – de modo a, a partir dela, demarcar a ética que concerne à psicanálise.

De outra parte e a título de hipótese de trabalho, é possível considerar que o advento da *philosophia* (literalmente, “apreço⁴ ao saber”), com a introdução de um método de apreensão do real por meio da abstração conceitual – cuja

ideia platônica constitui a primeira formulação, bem como o paradigma –, teve como efeito (não supomos aí intencionalidade) calar a enunciação trágica. Esta, a ser considerada enquanto modo privilegiado de relação do sujeito – vale dizer, do herói trágico (ainda que os termos não se recubram) – com um campo de exterioridade que o determina, bem como ao ato, pelo qual é o único responsável e que realiza em perda, tanto de saber como de (seu próprio) ser.

Em suma, parece possível sustentar que a tragédia ática apresenta em ato (e não representa por meio do pensamento) a candente questão, ética *avant la lettre*, de uma ação que não é regulada pelo saber nem tampouco visa a nenhum bem. Seus móveis – no caso, os da princesa tebana Antígona, as leis não escritas dos deuses – não constituem, *a priori*, sua causa, mas resultam como tal da decisão da heroína trágica, na retroação de um ato que inscreve, em perda e a cada vez, fazendo emergir a dimensão de causalidade da qual é tributário.

O herói trágico age na mais absoluta solidão. O ato trágico é *ex nihilo*, uma vez que não decorre de nada além da decisão inantecipável do herói. É nessa medida que a tragédia antiga interessa ao campo psicanalítico, sendo legítimo atribuir um estatuto trágico à ética da psicanálise. A tragédia antiga é portadora de uma enunciação singular que diz respeito à ética sem, com isso, constituir um saber, um domínio de conhecimento sobre a ética. Se a filosofia pensa a ética, a tragédia a apresenta em ato.

Cumprido esclarecer que não se pretende destituir o poema trágico de sua característica de pensamento articulado; a poesia trágica é *logos*, razão, e não uma forma de pensamento primitivo ou selvagem. No entanto, trata-se de uma modalidade de pensamento que não está submetida nem às exigências do princípio de não contradição nem às do princípio do terceiro excluído, constitutivas da racionalidade estabelecida através da filosofia. Ao contrário, na cena trágica – assim como na Outra cena, inconsciente – as contradições coexistem, sem se anularem reciprocamente.

Com Borges, convido o leitor a contemplar o universo trágico do mesmo modo como fazemos em relação às estrelas, cujo brilho intenso nos alcança e ilumina, apesar de já terem – há muito – se apagado. É esse brilho que nos afeta, e não as propriedades físico-químicas dos corpos celestes nem a equação matemática relativa à velocidade da luz. Assim, se esta proposta for bem-sucedida, terá conseguido trazer à luz o vivo da dimensão trágica presente na experiência psicanalítica, e não simplesmente discorrer, ainda que com propriedade e na melhor das hipóteses, sobre tragédia, psicanálise e ética.

A experiência trágica e a ética da psicanálise

Nos primeiros anos de seu ensino, Lacan advertira os psicanalistas em formação de que “o ponto a que estamos chegando não é outro senão o desejo e o que dele pode se formular a partir de nossa experiência – uma antropologia? uma cosmologia? não há palavra para isso”.⁵ Transcorridos mais de cinquenta anos e seguindo os passos e avanços promovidos por seu ensino, é possível arriscar uma resposta: aquilo que do desejo se pode formular a partir da experiência analítica é, se formos fiéis às proposições do próprio Lacan, uma ética.

Em pleno século XXI, falar de uma ética intrínseca ao campo da psicanálise poderia soar um truísmo. Essa é uma noção amplamente difundida no campo psicanalítico, principalmente entre os analistas de orientação lacaniana. Mas quais seriam as consequências dessa formulação, sobretudo no que concerne ao campo da clínica? Vale dizer, aos impasses do sujeito frente à injunção articulada pelo desejo inconsciente?

Tomei como ponto de partida uma interrogação que poderia ser explicitada em termos simples: por que Lacan, ao formular a ética própria à psicanálise como sendo uma ética do desejo, recorreu à tragédia antiga, mais precisamente à *Antígona* de Sófocles? O que há ali que interessa – ou ao menos deveria interessar – aos psicanalistas? São essas as questões que norteiam este livro. Evidentemente, não pretendo fornecer respostas, mas encaminhar algumas hipóteses que nos permitam avançar. Antes, investigar em que medida o *ethos* trágico, ao iluminar a relação do sujeito com o seu ato, pode contribuir para a fundamentação da ética da psicanálise. Uma ética que parte da exclusão da possibilidade de conformidade a um bem – assim como a tragédia antiga – e coloca em questão não os desígnios insondáveis dos deuses ou a inexorabilidade do destino, mas a relação do ato de um sujeito com o desejo que o constitui. Uma relação que se funda em perda, em descontinuidade com a cadeia ou a ordem causal que antecede e engendra o sujeito, fazendo ressaltar a dimensão objetual desse sujeito paradoxal.

Por meio da discussão que contempla a decisão inarredável da heroína trágica sofocliana Antígona – que apresenta em uma espécie de pré-formulação, no real da cena, a tensão irreconciliável entre determinação e responsabilidade constitutiva do sujeito do inconsciente –, procurei delimitar a essência da ação trágica como consistindo no ato. Ocorrência que, se exclui a dimensão de mes-

tria, implica, não obstante, responsabilidade plena para o sujeito. O paradoxo é, aí, constitutivo.

A tragédia antiga é um vasto mundo. Com rima, mas sem solução – conforme atesta o poema moderno. Como abordá-la, de modo a extrair os elementos que teriam interessado a Lacan em sua fundamentação de uma ética própria ao campo psicanalítico?

De saída, dois problemas se impuseram. De uma parte, a escassez de fontes bibliográficas no campo da psicanálise que pudessem subsidiar a dimensão trágica da ética que pretendo ressaltar. De outra parte, o problema é mais complexo. O domínio da ética pertence tradicionalmente ao campo filosófico, cujas primeiras formulações datam da Antiguidade grega – mais precisamente, aquelas de Aristóteles –, desembocando, na era moderna, nas proposições formuladas por Kant (apenas para citar seus principais expoentes). Entretanto, ao postular uma ética intrínseca ao campo psicanalítico, Lacan retroage ao século V a.C. para destacar determinados elementos presentes e, mais do que isso, constitutivos da tragédia antiga como sendo essenciais a seu propósito. Estes caracterizariam o fundamento do que está em jogo na relação do sujeito com a injunção veiculada pelo desejo inconsciente e a posição ética, singular, que pode advir daí.

De acordo com uma importante observação de Lacan, uma das principais características da filosofia seria justamente a evitação da problemática concernente ao desejo.⁶ Logo, para a fundamentação de uma ética do desejo, que ele isola a partir do campo do *Wunsch* freudiano, não parece útil abordar a tragédia ática tendo por referência as diferentes concepções e interpretações filosóficas que a problemática ética ganhou ao longo dos séculos. Desse modo, a própria tragédia antiga constitui a via régia de acesso à problemática ética encetada pela tragédia, uma vez que abordá-la através das formulações filosóficas sobre esse tema seria, do ponto de vista da psicanálise, uma contradição em termos.

O objetivo deste livro é o de investigar a própria tragédia – e não o trágico, noção tributária do campo filosófico – na perspectiva de isolar os elementos que permitiriam fundamentar a ética da psicanálise como uma ética do desejo inconsciente. Cabe destacar que não propus realizar uma exegese do texto de Sófocles. Contudo, à parte o próprio comentário empreendido por Lacan sobre a tragédia sofocliana, fez-se imprescindível recorrer a alguns dos relevantes

estudos empreendidos por renomados helenistas sobre a tragédia antiga, referência essencial sobre o tema.

Qual não foi a minha surpresa ao constatar no século V anterior à era cristã elementos homólogos – e devidamente isolados pelos helenistas – aos que seriam postulados pela psicanálise mais de dois mil anos após o ocaso da tragédia ática? Sem pretender afirmar que os termos sejam equivalentes, ou se recubram, encontrei na *Antígona* de Sófocles a heroína trágica diante de uma injunção configurada nas leis não escritas dos deuses – que ela garantirá em ato, a contrapelo da visada do bem ou ainda do princípio de prazer, e ao preço de sua própria perda.

Mutatis mutandi, também ao sujeito da psicanálise cabe se responsabilizar, em ato e fora da perspectiva da mestria, pela determinação inconsciente que advém do campo do Outro. A ética trágica, que no dizer de Lacan é aquela da psicanálise, diz respeito ao fato de que é através de uma perda – a sua – que o sujeito, em uma dimensão propriamente objetual, deve (*soll*) garantir a injunção do desejo não como causa final nem primeira de seu ato, mas como causa, a rigor, *a posteriori*. No impossível tempo gramatical do futuro anterior e consoante a temporalidade estabelecida pela noção freudiana de *Nachträglichkeit*.

Assim, proponho que não é em decorrência das leis não escritas dos deuses, tampouco da justiça divina (*Diké*), que Antígona decide sepultar o corpo do irmão, contrariando o decreto de Creonte. Ao se lançar ao ato, na contramão da lei da *polis* que visa ao bem de todos indiscriminadamente, a filha de Édipo garante a incidência real do campo dos deuses, fazendo valer sua determinação enquanto lei.

O comentário de Lacan, precursor e fundador da articulação entre tragédia e psicanálise, é, assim, a principal referência. Lacan elegeu a heroína trágica enquanto paradigma da relação do sujeito com o desejo certamente não a título de ilustração erudita nem de comentário lateral. Antes, sua escolha pela tragédia antiga se deu em virtude de o mundo antigo apresentar, na relação da heroína trágica com o campo dos deuses, algo que toca o cerne da experiência psicanalítica. Regido por um campo de alteridade inassimilável e, concomitantemente, constitutivo do laço social antigo – os deuses do real e suas leis –, a tragédia apresenta o herói diante da candente questão de garantir esse campo por meio de um ato que se efetiva em perda.

Para que as leis não escritas evocadas por Antígona tenham validade, elas exigem a heroína trágica em presença, vale dizer, em ato. Estas não consti-

tuem um fundamento absoluto de caráter universal, uma vez que dependem da posição de cada um frente às suas injunções. As leis não escritas dos deuses não podem ser subsumidas à lei da *polis* e tampouco caracterizam o seu fundamento transcendente. Ao contrário, consistem no seu Outro, como aquilo que, não cessando de não se escrever, é indelével, se inscrevendo – pontual e fugazmente – por intermédio da decisão trágica. Sua contrapartida é a própria noção de responsabilidade trágica, que, por não fazer apelo à trama fluida e imprecisa da intencionalidade, convoca o herói trágico a responder unicamente por seu ato.

Vale destacar as relevantes observações de Freud sobre a questão da responsabilidade, tanto no que diz respeito à relação do herói trágico com o destino vaticinado pelo oráculo quanto em relação à dimensão inconsciente. Ao tomar o destino – articulado através da profecia – não como uma realidade preestabelecida a título de um desígnio divino que se cumpriria à revelia do herói trágico, mas como a materialização de um impulso interno, Freud observa que o apelo à inexorabilidade do destino revelaria sua verdadeira face. Qual seja, a de um alibi por intermédio do qual tanto o herói trágico quanto o espectador/leitor da tragédia se isentariam de responsabilidade em relação ao ato. E, conseqüentemente, em relação ao impulso interno que se encontraria na origem da decisão trágica.

Estabelecer o padrão da revisão ética em termos da relação da ação com o desejo, como propôs Lacan, opera um descentramento no que se refere à problemática ética. No campo filosófico o padrão, em seu nascedouro, havia sido definido por Aristóteles como relativo ao Bem a ser alcançado através do exercício voluntário da virtude – no caso, a temperança. Na modernidade, com Kant, o padrão da revisão ética fora estabelecido através da proposição de uma razão pura prática, que postula a ação ética como um dever de caráter incondicionado – exceto pela própria razão.

Desse modo, em seu campo próprio – a filosofia –, o padrão de revisão ética se refere a uma noção abstrata de cunho normativo, ainda que não condicionado. Apesar de o empreendimento kantiano visar retirar a problemática ética do campo do conhecimento – como razão *prática* e não *pura* –, sua depuração (ausência de *pathos* que viesse condicionar a ação ética) resulta em uma lei universal.

Ao retirar o padrão da revisão ética do campo do conhecimento, referindo-o ao desejo inconsciente, Lacan empreende uma subversão da problemática. Qual

seria a relação entre ato e desejo? Uma relação necessária, no sentido de uma subordinação do primeiro ao segundo? Em outras palavras, o desejo condicionaria a ação ética? Aí residem o cerne e o paradoxo da problemática, em termos psicanalíticos. Se a injunção inconsciente é uma determinação, nem por isso inscreve-se sob a égide da necessidade. O desejo não condiciona a ação ética – vale dizer, o ato –, mas se impõe como condição absoluta. Não obstante, o caráter de condição absoluta do desejo depende do fato de que o sujeito, por intermédio de uma escolha realizada fora do âmbito da mestria e que, em si mesma, é ato (e não deliberação), advenha de modo a garantir, *a posteriori* e em perda, a injunção do desejo como causa.

A rigor e paradoxalmente, o desejo como condição absoluta só se impõe enquanto tal referido à contingência do ato. Determinação que se efetiva por intermédio da contingência, escolha sem agente, consequência que garante a causa, eis o caráter aporético da problemática ética intrínseca ao campo psicanalítico. Cabe ao sujeito se responsabilizar, em perda, pelo desejo inconsciente cuja substância é a própria opacidade.⁷

Ao abordar essa aporia constitutiva Lacan não faz apelo ao formal, mas sim à tragédia antiga, assinalando que é preciso abordar a *Antígona* de Sófocles em busca de outra coisa que não uma lição de moral.⁸ Antes, trata-se, para o herói trágico, de ir ao encontro de uma maldição consentida, da subsistência do sujeito humano em sua própria subtração à ordem do mundo: nisso residiria a paradoxal liberdade trágica.⁹ Com isso, Lacan parece indicar que desde uma perspectiva clínica, que leva em conta o sujeito, sua determinação inconsciente e a responsabilidade que dela deriva, a ética própria ao campo psicanalítico pode ser estabelecida a partir de um fundamento trágico, e não por meio de formalização estritamente conceitual.

Em outro momento, através de uma surpreendente consideração a propósito dos encaminhamentos de Descartes e Freud, Lacan indica sua homologia de determinação que concerne à afirmação de uma certeza extraída da dúvida. Na *démarche* cartesiana, a formulação do *cogito* é isolada no ponto exponencial da dúvida; já no encaminhamento freudiano, diz respeito à inferência de um pensamento inconsciente no próprio elemento em que o texto do sonho é indistinto, duvidoso.¹⁰ É possível considerar que uma homologia de determinação também pode ser isolada em relação à visada ética articulada na tragédia antiga, bem como pela psicanálise.

A hipótese que orienta este livro, a ser considerada em seu valor heurístico, diz respeito à homologia estrutural entre os elementos que se encontram articulados na e pela tragédia antiga e aqueles que constituem o campo psicanalítico. Estes referem-se à posição do herói trágico diante da determinação exercida pelo campo dos deuses, de sua ação independente de todo bem que dela poderia resultar, assim como de todo fundamento estabelecido pelo campo do pensamento que viesse servir de guia. Essa dimensão do fazer (do ato) e não do pensamento, constitutiva do mundo antigo, tem um lugar muito preciso na vida institucional da *polis* grega. Na tragédia, o homem não pensa com sua alma, como dirá Aristóteles um século depois, mas – conforme aponta Lacan – com os pés.¹¹ Vale dizer, trata-se de um pensamento que não é distinto de um fazer, ou seja, de uma espécie de pensamento em marcha – ou melhor, em ato.

Essa dimensão constitutiva da tragédia ática será varrida com o advento do *logos*, sendo definitivamente excluída – Lacan dirá: foracluída – pela ciência moderna. Assim, essa espécie de protossujeito encarnado pelo herói trágico reaparecerá na modernidade sob a forma de patologia, isto é, sintomática, encarnando aquilo que faz obstáculo à hegemonia do universal instaurada pelo discurso da ciência, sendo recolhido pelo campo psicanalítico que lhe dará voz e lugar.

Tragédia e psicanálise isolam a questão central de um sujeito determinado por um campo que lhe é opaco – no primeiro caso, pelo desígnio dos deuses; no segundo, pelo inconsciente – e, em que pese o paradoxo, absolutamente responsável por seu ato. A tragédia antiga apresenta, numa espécie de pré-formulação não sistemática, os elementos estruturais que constituem o fundamento do campo psicanalítico, a saber, a relação do sujeito com a instância Outra que determina sua inscrição no campo da palavra e da linguagem e a ética que daí deriva.

Assim, a tragédia ática poderia ser concebida como uma espécie de dispositivo institucional inscrito na cultura grega do século V a.C., em que a questão ética é apresentada em ato, no real da cena trágica. Essa dimensão de verdade singular, uma vez calada com e pelo advento do saber, apenas terá lugar no dispositivo freudiano, no qual um sujeito é convocado, através da regra fundamental, a abrir mão daquilo que sabe para dar lugar à verdade do desejo, que ele desconhece, já que não é seu, mas, antes, do Outro, advindo de Outra Cena (*Anderer Schauplatz*).

A tragédia antiga apresenta a dimensão do sujeito tal como este será formulado, muitos séculos depois, pela psicanálise: aquele que, comandado por uma instância Outra, e fazendo desta o móbil de seu ato, nem por isso torna-se menos responsável. Contudo, Antígona, filha de Édipo, não deve ser tomada a título de modelo, de resto sempre referido a um ideal; o valor exemplar da personagem trágica se refere à transmissão em ato de uma posição subjetiva de caráter irreconciliável. Esta advém do fato de que uma vez determinada pela linhagem que a constitui – os Labdácidas – e pela injunção dos deuses, ambas não condicionam seu ato, pelo qual é a única responsável. O ato da heroína trágica encontra-se referido às leis não escritas dos deuses (*Dikè**); porém, se situa para além dessa determinação. Antígona age só.

O sujeito se inscreve no campo do Outro por intermédio de uma operação de extração, cessão de objeto que, no limite, ele é. Esta não caracteriza uma operação que ocorre uma única vez, atribuível a uma espécie de origem de caráter mítico. Justamente não diz respeito a uma origem, mas a um fato de estrutura, que, como tal, é relançado em uma dimensão que é propriamente ética. Visto que não concerne ao ser, à natureza humana, nem a uma essência abstrata, o sujeito deve – a cada vez – advir de modo a garantir, em perda, o campo do Outro como causa: *Wo es war, soll Ich werden*, reza o adágio freudiano elevado à condição de imperativo ético por Lacan.

Diante da injunção inconsciente, o sujeito é convocado a se responsabilizar por aquilo mesmo que o determina, sem recurso ao saber. O apelo (e o apego) ao saber, como demonstra o comentário de Lacan a propósito de Hamlet, o anti-herói moderno de Shakespeare, resulta em um impasse. A via do saber não leva ao ato; logo, constitui um *dead end* em relação ao desejo. Antes, é por um movimento que é, em si mesmo, antecipação – momento de concluir que põe fim ao tempo para compreender – que uma certeza se impõe como verdade insofismável.

O *Hilflosigkeit* isolado por Freud em termos de desamparo constitutivo do sujeito em sua relação com o Outro é aquele que, segundo Lacan, decorre da constituição do sujeito no significante, sendo reencontrado numa psicanálise em intensão. É em relação a esse ponto, “a desolação, onde o homem, nessa re-

* *Dikè*: justiça divina. Uma das filhas de Zeus e Têmis (direito); as outras são *Eunomia* (bom governo) e *Eirene* (paz).

lação consigo mesmo que é a sua própria morte ... não deve esperar a ajuda de ninguém".¹² Vale dizer, no ponto radical da destituição subjetiva, em que nem mesmo a angústia serve de proteção, o sujeito é convocado a atravessar não como ser, mas como objeto caído do campo do Outro, dejetivo, dimensão objetiva do sujeito do significante. É nesse ponto que o sujeito deve – em uma dimensão ética – lançar-se ao ato, de modo a garantir, em perda, o campo do qual é tributário.

É também em relação a esse ponto que se situa o herói trágico, aquele que, segundo Lacan, ao se engajar no ato já está votado a ser o dejetivo de sua própria empreitada.¹³ É justamente isso que a princesa tebana Antígona nos faz ver através de seu brilho intolerável, na dimensão do desejo tornado visível, desejo de nada, relação do sujeito à falta-a-ser,¹⁴ desamparo radical.

Em um artigo em que estabelece a distinção entre a psicanálise e as demais formas de intervenção que se alojam sob a égide do termo genérico “psicoterapia”, Freud, a título de ilustração, evoca a diferença de método entre a pintura e a escultura atribuindo-a a Leonardo da Vinci. Em relação à primeira, Freud compara com a psicoterapia: esta opera por acréscimo (*per via di porre*), como no caso da sugestão – hipnótica ou não. Já a segunda, em relação à qual estabelece uma analogia com a psicanálise, nada é acrescentado. Ao contrário, caracteriza uma operação de extração que se efetiva *per via di levare*.¹⁵

Essa é uma distinção estabelecida por Michelangelo Buonarroti inspirada na ideia aristotélica de uma forma em potência na matéria – expressa, por sua vez, nos tratados dos Quatrocentos por Alberti – em que é possível perceber uma radical distinção entre pintura e escultura assinalada nos próprios termos da formulação. De acordo com o mestre florentino, o trabalho do escultor opera *per forza di levare*, ao passo que o pintor realiza seu ofício *per via di porre*. *Forza* e *via* constituem termos que não se recobrem, em relação aos quais não é possível estabelecer uma equivalência. Ao revés, mostram a dessimetria radical entre as operações, que, por sua vez, resultam em duas formas de arte absolutamente distintas. Na escultura é preciso vencer a resistência da pedra através de um esforço de extração, que implica certa dose de violência; quanto ao método próprio à pintura, essa tensão encontra-se ausente. Em certa medida, também o artista é aquele que resulta, *a posteriori*, do empreendimento de extração que faz existir a obra.

Vale dizer, é como resto (não como autor) que um artista se põe a trabalhar e, só então, terá produzido aquilo que poderá ser considerado uma obra de arte.

Que, a rigor, não serve para nada – ou seja, não se inscreve no registro dos bens –, pois, enquanto tal, uma obra de arte não caracteriza um bem (de consumo ou ainda de fruição), não pertence ao serviço dos bens assinalado por Lacan.¹⁶

O herói trágico, determinado pelo campo real dos deuses, dele se extrai por intermédio de seu ato. O sujeito, por se constituir no campo significante, dele se extrai como resto, estabelecendo a dimensão objetual desse sujeito paradoxal. A extração seria, nesse sentido, uma operação ética, uma vez que é por uma cessão de objeto que não é outro senão o próprio sujeito – a rigor, resultado desta operação – que este garante, em perda e a cada vez, o campo do Outro.

Este livro testemunha o que já é dejetado.